



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR DA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EDITAL Nº 002 SEAD/SEFAZ, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023

A Secretaria de Estado de Administração – SEAD e a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, no uso de suas atribuições, tornam públicos a **disponibilização de locais com acesso à internet**, durante o período de solicitação de inscrição, no horário de funcionamento de cada local, de acordo com o disposto no subitem 6.3 do edital de abertura, bem como a **retificação** do subitem 1.3, da **remuneração** constante do **item 2**, dos **objetos de avaliação** constantes do subitem 13.2.1, do **Anexo I – Cronograma Previsto**, do Edital nº 001 SEAD/SEFAZ, de 13 de dezembro de 2023, além da **inclusão** do conteúdo programático **Administração Financeira e Orçamentária e Controle Interno** nos conhecimentos específicos para o **Cargo 3: Especialista da Fazenda Estadual** e a **exclusão** dos objetos de avaliação referentes a **Legislação Tributária Estadual** dos conhecimentos específicos para o **Cargo 3: Especialista da Fazenda Estadual**, e dos objetos de avaliação referentes a **Noções de Direito Empresarial** dos conhecimentos específicos para o **Cargo 4: Técnico da Fazenda Estadual**, constantes do subitem 13.2.1 do referido edital, permanecendo inalterados os seus demais itens e subitens.

1 DOS LOCAIS COM ACESSO À INTERNET

MUNICÍPIO	LOCAL	ENDEREÇO
Brasiléia/AC	Escola José Ruy da Silveira Lino	Rua Olegário França, nº 470 – Eldorado
Cruzeiro do Sul/AC	Universidade Aberta do Brasil – Polo de Apoio Presencial	Rua Rui Barbosa, nº 525 – Centro
Feijó/AC	Escola Estadual de Ensino Médio José Gurgel Rabello	Rua João Ambrósio Taveira, nº 80 – Cidade Nova
Jordão/AC	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manoel Rodrigues de Farias	Rua Tadeu Teixeira de Albuquerque, s/nº – Centro
Marechal Thaumaturgo/AC	Gráfica Forma & Arte	Rua Fernando Guapindaia, nº 42 – Centro
Porto Walter/AC	Escola Estadual Borges de Aquino - Ensino Fundamental e Médio	Rua Beira Rio, s/nº – Centro
Rio Branco/AC	Escola Doutor João Batista Aguiar	Rua Aderbal Brasil, nº 310 – Conjunto Manoel Julião
Santa Rosa do Purus/AC	Escola Padre Paolino Maria Baldassari	Rua Francisco Gomes de Queiroz, s/nº – Cidade Nova
Sena Madureira/AC	Escola Raimundo Herminio de Melo	Avenida Brasil, nº 1835 (Em frente à Delegacia) – Triângulo
Tarauacá/AC	Escola Djalma da Cunha Batista	Rua Epaminondas Jácome, nº 1500 – Centro

(...)

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

(...)

1.3 As provas objetivas para todos os candidatos, a prova discursiva, somente para o cargo de Auditor da Receita Estadual, **bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declaram pessoas com deficiência**, serão realizadas nas seguintes cidades do Estado do Acre: Brasiléia, Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rio Branco, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira e Tarauacá.

(...)

2 DOS CARGOS



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

2.1 NÍVEL SUPERIOR

CARGO 1: AUDITOR DA RECEITA ESTADUAL

(...)

REMUNERAÇÃO: R\$ 20.524,32 (vinte mil quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos).

(...)

CARGO 2: CONTADOR

(...)

REMUNERAÇÃO: a remuneração é constituída de vencimento básico no valor de R\$ 3.987,76 (três mil novecentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos), acrescido da Gratificação de Atividade Fazendária – GAF (parcela fixa) de 60%, correspondente ao valor de R\$ 2.392,66 (dois mil trezentos e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos), e de Gratificação de Produtividade Fazendária (parcela variável) de até 70%, correspondente ao valor de R\$ 2.791,43 (dois mil setecentos e noventa e um reais e quarenta e três centavos), podendo alcançar o valor de R\$ 9.171,85 (nove mil cento e setenta e um reais e oitenta e cinco centavos).

(...)

CARGO 3: ESPECIALISTA DA FAZENDA ESTADUAL

(...)

REMUNERAÇÃO: a remuneração é constituída de vencimento básico no valor de R\$ 3.987,76 (três mil novecentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos), acrescido da Gratificação de Atividade Fazendária – GAF (parcela fixa) de 60%, correspondente ao valor de R\$ 2.392,66 (dois mil trezentos e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos), e de Gratificação de Produtividade Fazendária (parcela variável) de até 70%, correspondente ao valor de R\$ 2.791,43 (dois mil setecentos e noventa e um reais e quarenta e três centavos), podendo alcançar o valor de R\$ 9.171,85 (nove mil cento e setenta e um reais e oitenta e cinco centavos).

(...)

2.2 NÍVEL MÉDIO

CARGO 4: TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL

(...).

REMUNERAÇÃO: a remuneração é constituída de vencimento básico no valor de R\$ 1.387,06, acrescido de Gratificação de Atividade Fazendária – GAF (parcela fixa) de 130%, correspondente ao valor de R\$ 1.803,18 (mil e oitocentos e três reais e dezoito centavos), perfazendo o valor de R\$ 3.190,24 (três mil cento e noventa reais e vinte e quatro centavos).

(...)

13 DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO (HABILIDADES E CONHECIMENTOS)

13.2.1 Nas provas, serão avaliados, além de habilidades, conhecimentos conforme descritos a seguir.

CONHECIMENTOS GERAIS PARA OS CARGOS DE AUDITOR DA RECEITA ESTADUAL, CONTADOR E ESPECIALISTA DA FAZENDA ESTADUAL

(...)

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: 1 Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows). 2 Edição de textos, planilhas e apresentações (pacotes Microsoft Office). 3 Redes de computadores. 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. 3.2 Programas de navegação (Microsoft Edge e Google Chrome). 3.3 Programas de correio eletrônico (Microsoft Outlook). 3.4 Sítios de busca e pesquisa na Internet. 3.5 Grupos de discussão. 3.6 Computação na nuvem (*cloud computing*). 4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. 5 Segurança da informação. 5.1 Procedimentos de segurança. 5.2 Noções de vírus, *worms* e pragas virtuais. 5.3 Aplicativos para segurança (antivírus, *firewall*, anti-spyware etc.). 5.4 Procedimentos de backup. 5.5 Armazenamento de dados na nuvem (*cloud storage*). 6 Banco de dados. 6.1 Organização de arquivos e métodos de acesso. 6.2 Banco de dados distribuídos e orientado a objetos. 7 Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

(...)



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONHECIMENTOS GERAIS PARA O CARGO DE TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 7 Correspondência oficial. 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. 7.2 Finalidade dos expedientes oficiais. 7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.

RACIOCÍNIO LÓGICO: 1 Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. 2 Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal; raciocínio matemático; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; formação de conceitos; discriminação de elementos. 3 Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 1 Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows). 2 Edição de textos, planilhas e apresentações (pacotes Microsoft Office). 3 Redes de computadores. 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. 3.2 Programas de navegação (Microsoft Edge e Google Chrome). 3.3 Programas de correio eletrônico (Microsoft Outlook). 3.4 Sítios de busca e pesquisa na Internet. 3.5 Grupos de discussão. 3.6 Computação na nuvem (*cloud computing*). 4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. 5 Segurança da informação. 5.1 Procedimentos de segurança. 5.2 Noções de vírus, *worms* e pragas virtuais. 5.3 Aplicativos para segurança (antivírus, *firewall*, anti-spyware etc.). 5.4 Procedimentos de backup. 5.5 Armazenamento de dados na nuvem (*cloud storage*). 6 Banco de dados. 6.1 Organização de arquivos e métodos de acesso. 6.2 Banco de dados distribuídos e orientado a objetos. 7 Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

CONHECIMENTOS DA REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ACRE: I HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA, REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL E CULTURAL DO ACRE:

A anexação do Acre ao Brasil. O processo de ocupação das terras acreanas, a ocupação indígena, a imigração nordestina e a produção da borracha e a insurreição. Organização social do Acre e expressão literária. A chegada dos "paulistas" nas terras acreanas a partir dos anos 1970 do século XX: êxodo rural, conflitos pela terra e invasões do espaço urbano. Comemorações cívicas. **II GEOGRAFIA DO ACRE:**

Amazônia e características gerais: O espaço acreano. Aspectos geográficos e ecológicos da Amazônia e do Acre. Formação econômica do Acre. Processo de anexação do Acre ao Brasil: tratados e limites. O território do Acre, municípios e populações do Acre: população e localização. Nova configuração do mapa. Microrregiões. Atuais municípios. Relevo, vegetação e suas características, clima, solo, hidrografia, fluxo migratório, extrativismo e Zoneamento Ecológico do Acre. Hidrografia: Bacia Amazônica e principais rios do Acre. Modos de vida no campo e na cidade. **III POLÍTICA E ECONOMIA DO ACRE: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS:**

Economia, Produto Interno Bruto, Evolução das Ocupações e do Emprego, População. Trabalhos e produção nas diferentes nações indígenas, uso e posse da terra dos indígenas da Amazônia no auge do ciclo da borracha, ocupação e utilização da terra, ocupação e disputa pela terra entre povos indígenas e grupos de interesse socioeconômico e atividades econômicas mais relevantes no estudo da história da Amazônia e do Acre.



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 1: AUDITOR DA RECEITA ESTADUAL

(...)

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Conceito e fontes do direito administrativo. 1.1 Regime jurídico-administrativo. 1.1.1 Conceito. 1.1.2 Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela administração, dos interesses públicos. 2 Administração pública. 2.1 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 2.2 Organização, descentralização, desconcentração, órgãos públicos. 2.3 Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito. 2.4 Administração pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo. 3 Administração indireta e entidades paralelas. 4 Atos administrativos. 4.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. 4.2 Fato e ato administrativo. 4.3 Atos administrativos em espécie. 4.4 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. 4.5 O silêncio no direito administrativo. 4.6 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 4.7 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 4.8 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 4.9 Atos administrativos gerais e individuais. 4.10 Atos administrativos vinculados e discricionários. 4.11 Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 4.12 Ato administrativo inexistente. 4.13 Teoria das nulidades no direito administrativo. 4.14 Atos administrativos nulos e anuláveis. 4.15 Vícios do ato administrativo. 4.16 Teoria dos motivos determinantes. 4.17 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 4.18 Cassação. 5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações. 5.2 Poder disciplinar. 5.3 Poder de polícia. 5.4 Liberdades públicas e poder de polícia. 6 Intervenção do Estado sobre a propriedade privada. 6.1 Intervenção do Estado no domínio econômico. 7 Bens públicos. 7.1 Regime jurídico. 7.2 Aquisição e alienação dos bens públicos. 7.3 Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares. 8 Licitações: modalidades e procedimentos. 9 Contratos administrativos. 9.1 Modalidades. 9.2 Tipos. 9.3 Procedimento. 9.4 Anulação e revogação. 9.5 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. 10 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. 11 Convênios e consórcios administrativos. 12 Parceria público-privada. 12.1 Lei nº 11.079/2004 e disposições doutrinárias. 12.2 Conceito. 12.3 Delegação: concessão, permissão e autorização. 12.4 Lei nº 8.987/1995. 13 Controle e responsabilização da administração: controle administrativo, controle judicial, controle legislativo. 14 Agentes públicos: espécies e classificação. 14.1 Cargo, emprego e função públicos. 14.2 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. 14.3 Responsabilidade civil, penal e administrativa. 15 Processo administrativo. 15.1 Lei nº 9.784/1999. 15.2 Processo administrativo disciplinar. 16 Poderes e deveres da administração pública. 16.1 Poder regulamentar. 16.2 Dever de agir. 16.3 Dever de eficiência. 16.4 Dever de probidade. 16.5 Dever de prestação de contas. 16.6 Uso e abuso do poder. 17 Improbidade administrativa. 18 Lei Complementar nº 39/1993 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Acre, das Autarquias e das Fundações Públicas, instituídas e mantidas pelo Poder Público) e suas alterações. 19 Lei Estadual nº 2.265/2010 (Lei que estabelece nova estrutura de carreira para os servidores públicos estaduais da Secretaria de Estado da Fazenda) e suas alterações. 20 Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e Lei Estadual nº 2.680/2013 (Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Acre – COEPIR/AC e dá outras providências) e suas respectivas alterações.

(...)

DIREITO EMPRESARIAL: 1 (...). 2 O Empresário: individual, a **Sociedade Limitada Unipessoal - SLU**, as sociedades empresárias e o empresário rural. (...).

AUDITORIA: 1 Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria – NBC TA e NBC PA. 2 Amostragem em Auditoria. NBC TA 530, aprovada pela Resolução CFC nº 1.222/2009. 3 Testes de observância. 4 Testes substantivos. 5 Testes para subavaliação e testes para superavaliação. 6 Evidências de auditoria. 7 Procedimentos de auditoria. 8 Identificação de fraudes na escrita contábil. 9 Demonstrações contábeis sujeitas a auditoria. 10 Auditoria no ativo circulante. 10.1 Recomposição contábil do fluxo de caixa da empresa. 11 Identificação de saldo credor na conta caixa por falta de emissão de documentos fiscais. 12 Suprimento das disponibilidades sem que haja comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros: aumento do capital social, adiantamentos de clientes, empréstimos de sócios ou de terceiros,



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

operações, prestações ou recebimentos sem origem, alienação de investimentos e bens do ativo imobilizado. 13 Aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário. 14 Baixa fictícia de títulos não recebidos. 15 Cotejamento de recebíveis com os registros contábeis de receitas. 16 Auditoria no ativo não circulante. 16.1 Superavaliação na formação dos custos de estoque. 17 Auditoria no ativo realizável a longo prazo. 17.1 Identificação de origens de recursos fictícias. 18 Auditoria em investimentos. 19 Auditoria no ativo imobilizado. 19.1 Ativos ocultos. 20 Alienação fictícia de bens. 21 Auditoria no ativo intangível. 22 Auditoria no passivo circulante. 22.1 Falta de registro contábil dos passivos de curto prazo. 23 Passivos fictícios. 24 Identificação de passivos já pagos e não baixados. 25 Auditoria no passivo não circulante. 26 Auditoria no patrimônio líquido. 27 Aumento do capital social sem comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros. 28 Contabilização de reservas. 29 Subvenções. 30 Auditoria em contas de resultado. 31 Registro de receitas e despesas. 32 Ocultação de receitas. 33 Superavaliação de custos e despesas. 34 Identificação de fraudes e erros na escrita fiscal.

(...)

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO ACRE: 1 Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) e suas alterações. 2 Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir) e suas alterações. 3 Lei Complementar Estadual nº 55/1997 (Dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e dá outras providências) e suas alterações. 4 Lei Complementar Estadual nº 114/2002 (Dispõe acerca do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA) e suas alterações. 5 Lei Complementar Estadual nº 373/2020 (Dispõe acerca do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação, de quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD) e suas alterações. 6 Lei Complementar Estadual nº 413/2022 (Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário – PAT) e suas alterações. 7 Lei Complementar Estadual 376/2020 (Dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas do Poder Executivo Estadual e dá outras providências) e suas alterações.

(...)

CARGO 3: ESPECIALISTA DA RECEITA ESTADUAL

(...)

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E CONTROLE INTERNO: 1 Noções de orçamento público. 1.1 Lei orçamentária anual. 1.2 Lei de diretrizes orçamentárias. 1.3 Plano plurianual. 1.4 Lei de Responsabilidade Fiscal e suas alterações. 1.5 Acordos de Basileia. 1.6 Funções do Banco Central. 2 Noções de orçamento empresarial. 2.1 Projeções de fluxos de caixa. 2.2 Sustentabilidade. 2.3 Ponto de equilíbrio. 2.4 Análise de balanços empresariais. 3 Licitações e pregão Eletrônico. 3.1 Normas gerais aplicáveis. 3.2 Habilitação e impedimentos. 3.3 Modalidades. 3.4 Limites. 3.5 Dispensa de licitação. 3.6 Inexigibilidade de licitação. 3.7 Tipos de licitação. 4 IN – STN nº 1/1997. 4.1 Convênios. 4.1.1 Celebração. 4.1.2 Liberação de recursos e execução. 4.1.3 Prestação de contas. 4.1.4 Encerramento. 4.1.5 Tomada de contas especial. 5 Portaria Interministerial nº 127/2008, publicada no DOU em 30/5/2008. 5.1 Transferências de recursos. 5.2 Tipos de instrumentos. 5.3 Chamamento público. 5.4 Apresentação de proposta. 5.5 Celebração de convênios. 5.6 Acompanhamento e fiscalização dos convênios. 5.7 Alterações nos planos de trabalho. 5.8 Projetos básicos e termos de referência. 5.9 Publicidade. 5.10 Liberação de recursos. 5.11 Contratação de terceiros. 5.12 Pagamentos. 5.13 Tomada de contas especial. 5.14 Padronização. 6 Técnicas de controle. 6.1 Controle externo. 6.2 O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal: finalidades, atividades, organização e competências (Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 3.591/2000, e respectivas alterações). 6.3 Controladoria. 6.3.1 Teoria dos sistemas aplicada às organizações. 6.3.2 Definição e funções da controladoria numa organização. 6.3.3 Aplicabilidade do conceito de controladoria à gestão pública. 6.4 A Metodologia de trabalho do Sistema de Controle Interno — SCI (Instrução Normativa SFC/MF nº 1/2001, publicada no DOU em 10/4/2001). 6.4.1 Objetivos e abrangência de atuação do SCI. 6.4.2 Técnicas de controle. 6.4.3 Formas e tipos. 6.4.4 Normas relativas à execução dos trabalhos. 6.4.5 Normas relativas à opinião do SCI. 6.4.6 Normas relativas ao controle interno administrativo. 6.4.7 Normas relativas à audiência do auditado. 6.4.8 Normas relativas à forma de comunicação. 6.4.9 Relatórios e pareceres de auditoria. 6.4.10 Planejamento das ações de controle interno.



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

(...)

CARGO 4: TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL

(...)

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO E NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL: I NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO: I (...). II NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL: 1 Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) e suas alterações. 2 Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir) e suas alterações. 3 Lei Complementar Estadual nº 55/1997 (Dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e dá outras providências) e suas alterações. 4 Lei Complementar Estadual nº 114/2002 (Dispõe acerca do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA) e suas alterações. 5 Lei Complementar Estadual nº 373/2020 (Dispõe acerca do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação, de quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD) e suas alterações. 6 Lei Complementar Estadual nº 413/2022 (Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário – PAT) e suas alterações. 7 Lei Complementar Estadual 376/2020 (Dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas do Poder Executivo Estadual e dá outras providências) e suas alterações.

(...)

ANEXO I
CRONOGRAMA PREVISTO

Atividade	Datas previstas
(...)	(...)
Prazo para a interposição de recursos quanto às questões formuladas e(ou) aos gabaritos oficiais preliminares divulgados, para todos os cargos, e contra o padrão preliminar de resposta da prova discursiva, somente para o cargo 1	13 e 14/3/2024 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
(...)	(...)

(...)

Paulo Roberto Correia da Silva
Secretário de Estado de Administração

José Amarísio Freitas de Souza
Secretário de Estado da Fazenda